

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2016 – CRE

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, para debater as informações recentemente apresentadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, acerca da situação de nossas fronteiras. Para discutir sobre esse tema, sugiro sejam convidadas as seguintes pessoas:

- **Leandro Daiello**, diretor-geral da Polícia Federal;
- **Representante do Ministério da Defesa;**
- **Tiago Modesto Carneiro Costa**, secretário da Secex Mato Grosso do Sul;
- **Prof. Matias Spektor**, especialista em Relações Internacionais;
- **Profª Ilona Szabo**, Instituto Igarapé, especialista em contrabando de armas e tráfico de drogas; e
- **Prof. Érico Estevez**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialista em Defesa.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 14 de julho, o colunista da Folha de São Paulo e especialista em Relações Internacionais, Matias Spektor, trouxe um artigo intitulado “Drama de Fronteira”, em que expõe e comenta os recentes relatórios do Tribunal de Contas da União acerca da situação dos nossos mais de 17 mil quilômetros de fronteiras, o que envolve quase 600 municípios e 10 países vizinhos.

Segundo consta, o TCU realizou, através da Secex Defesa e da Secex Mato Grosso do Sul, há poucos meses um relatório sobre a situação do Sistema de Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras do Comando do Exército (Sisfron) e outro sobre a gestão da faixa de fronteira do Brasil.

Na presente ocasião, pretende-se concentrar a discussão no relatório da Secex Mato Grosso do Sul que, mais amplo, trata da situação das fronteiras. O relatório referente ao Sisfron

merece ser profundamente discutido em outra oportunidade.

O modo como gerimos as regiões fronteiriças é apontado pelo Tribunal como de baixa eficiência, com foco nos pontos menos importantes. O relatório ressalta a importância do envolvimento das comunidades locais no combate ao contrabando de armas e ao tráfico internacional de drogas, postura esta que, segundo o TCU, tem sido preterida em favor de uma ideia falsa segundo a qual seria possível "blindar" ou "fechar" a fronteira.

Os relatórios apontam, também, graves falhas no "Plano Estratégico de Fronteiras", que, com objetivos confusos e contraditórios, não teria traçado claramente as prioridades e divisões de tarefas. Concluindo que os organismos envolvidos carecem de pessoal, recursos e autoridade para atuar.

São fatos relevantes e graves que merecem a atenção desta comissão. É de conhecimento geral tráfico de drogas e o contrabando de armas são dois dos elementos mais perversos de nossa sociedade, que desorganizam e destroem milhares de famílias em todo o país.

Estima-se que, todo ano, o Brasil esteja gastando 56 bilhões de reais em consumo de drogas e, ainda, que haja cerca de 2 milhões de viciados em crack em nosso país.

Num quadro de aparente falta de estrutura em nossas fronteiras, não pode esta comissão se omitir e se furtar ao debate.

Para qualificar a Audiência Pública aqui pretendida, sugiro como convidados: o secretário responsável pela Secex Mato Grosso do Sul, do TCU; Leandro Daiello, Diretor-Geral da Polícia Federal; Representante do Ministério da Defesa; além dos especialistas no assunto Matias Spektor, Érico Estevez e Ilona Szabo.

Pelas razões aqui expostas, e pela urgência desse debate, peço apoio dos Srs e Sras Senadores para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 04 de agosto de 2016

Senador RICARDO FERRAÇO

PSDB - ES